



Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Emergência climática

As chuvas no Rio Grande do Sul têm sido uma força da natureza imprevisível e, por vezes, devastadora, trazendo uma calamidade pública, uma emergência climática, sem precedentes. De setembro até agora, foram três temporais com mortes e prejuízos. O número de óbitos, pessoas desaparecidas ou desabrigadas é estarrecedor. O plano de recuperação só pode acontecer se houver agilidade do governo federal para liberar recursos para reconstruir o Estado em todas as áreas.

Governador agiu rápido

O governador Eduardo Leite (PSDB), que é oposição ao governo Lula (PT), numa postura madura e responsável, institucionalmente, foi a público e pediu apoio ao presidente, que atendeu prontamente e colocou toda a estrutura do governo para auxiliar o Rio Grande do Sul. Lula prometeu, em Santa Maria, que não faltarão recursos para atender o Rio Grande do Sul.

Jornalistas gaúchos

Eduardo Leite conclamou apoio de todo o Brasil para auxiliar na difícil situação que vive o Estado. Jornalistas gaúchos atenderam. Entraram em campo e de todas as formas, buscaram auxiliar, tentando minimizar o sofrimento da população.

Mostrando a realidade

Só para citar alguns exemplos de profissionais que atuam em veículos poderosos: Milton Jung (Porto Alegre), da CBN, Marcelo Cosme (Rio Grande) e Ana Flor (Candelária), da Globo News, entre outros, que têm permanecido ao longo dos últimos dias acompanhando e divulgando cada situação apresentada que vem atingindo o Sul do País.

Momentos de emoção

Apresentadores, comentaristas e telespectadores viveram momentos de emoção, na quinta-feira à noite, quando a apresentadora da Rádio Gaúcha Kelly Matos, que tem acompanhado o desespero das famílias de perto, fez um relato do que viu. Kelly, com lágrimas nos olhos em alguns momentos, contou na Globo News, diversos episódios que viveu observando de perto o desespero dos gaúchos. Tenha certeza, Kelly, que sua emoção, contagiou o Brasil. Continue fazendo jornalismo com sentimento e emoção. É o jornalismo que a população precisa nos dias de hoje, de internet e tecnologia. É a comunicação cumprindo sua parte.

Agenda dos candidatos

A busca de caminhos para proteger a população dessas ameaças permanentes tem que estar na agenda dos candidatos a prefeito, vice e vereadores já agora, na próxima eleição municipal. É uma oportunidade de fazer uma radiografia social no País.

Compromisso com a vida

A ministra Marina Silva (foto) faz uma avaliação dizendo: “cada vez mais nós vamos precisar fazer política pública com base em evidências, olhando para aquilo que diz a ciência, com bom senso e muito compromisso ético com a vida das pessoas, como seu patrimônio. O maior patrimônio de uma pessoa é a própria vida”, enfatizou Marina.



FABIO RODRIGUES-POZZEBONI / AGENCIA BRASIL/JC

Não adiantaram os alertas

“Muitos especialistas advertem que já há 30/40 anos, quando esses alertas foram dados, era para que tivessem sido tomadas as ações mudando o sistema energético, mudando os sistemas agrícolas, sistemas industriais; para que não chegássemos ao ponto em que chegamos. Infelizmente isso não aconteceu. Agora o que nós temos que fazer é juntarmos todos aqueles que faziam alerta com aqueles que agora estão reconhecendo a gravidade do problema e trabalharmos juntos para uma saída”, acentuou a ministra do Meio Ambiente.

Federações partidárias

Entrevista Especial

Livia Araújo
livia@jcrs.com.br

Pela primeira vez, as eleições para prefeito e vereador no Brasil irão ocorrer com a existência das federações, que unem as siglas em âmbito nacional, que ficam com um vínculo de, no mínimo, quatro anos. O resultado disso, segundo a análise do coordenador do Gabinete de Assessoramento Eleitoral (Gael) do Ministério Público (MP) do Rio Grande do Sul, Rodrigo López Zilio, será uma inevitável judicialização diante da incompatibilidade das legendas no nível local.

“Eles vão se federar, mas jamais vão ver a ideia da complexidade dessa relação nos mais de 5,5 mil municípios”, pontua, chamando a atenção para conflitos em coligações locais. “Quem vai ter prioridade em relação a isso?”, questiona.

Zilio também apontou que, embora o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) esteja engajado em questões ligadas à tecnologia, como o uso da inteligência artificial e deep fakes, ele crê que nos pleitos municipais, os crimes eleitorais serão mais “tradicionais”. “Ainda é a eleição do corpo a corpo, dos velhos vícios da República, abuso de poder político. O prefeito usa a máquina da administração para te dar benefício, para te colocar um asfalto, para te dar um tijolo”, analisa. Ainda assim, há práticas que ganharam força em 2022 e que estão no radar do MP, como o assédio eleitoral em empresas e a participação do crime organizado.

Nesta entrevista ao **Jornal do Comércio**, Zilio também comentou sobre um fato inusitado. A reeleição, no pleito municipal suplementar na cidade gaúcha de São Francisco de Assis, do prefeito que havia sido cassado, mas não perdido os direitos políticos.

Jornal do Comércio - Como o Ministério Público está se preparando para as eleições municipais?

Rodrigo Zilio - Nós temos no Rio Grande do Sul 165 promotores eleitorais que trabalham nos 497 municípios. Mas basicamente a estrutura que o Ministério

Público tem na (área) eleitoral é a mesma que trabalha na Justiça Comum. Por exemplo, na minha cidade natal, Encantado, o promotor ainda tem suas atribuições naturais na vara da Infância, Meio Ambiente etc. É diferente da Justiça Eleitoral, que tem uma estrutura própria para isso. Nós, no Ministério Público, temos uma estrutura única. E, embora estejamos tratando de uma eleição subsequente, entre 2020 e 2024 mudou muita coisa. Isso exige dos promotores uma atualização, porque eles ficam dois anos na função eleitoral e saem. A gente tem que trabalhar com essa dupla situação, com poucos servidores e pouca estrutura e promotores que trabalham com rodízios. Estamos fazendo várias oficinas e cursos de aperfeiçoamento. Eles estão recebendo orientações presenciais e virtuais, e tudo isso fica num banco de dados, com um manancial de peças, de modelos de peças para que eles possam consultar, e dar uma resposta rápida.

JC - Entre todas essas mudanças vigentes nas eleições de 2024, o que considera mais desafiador?

Zilio - A eleição de 2020 foi atípica pela pandemia: as pessoas estavam distantes, não se viam, havia o distanciamento social, não se podia nem fazer propaganda de rua, então o nosso último parâmetro de eleição normal, entre aspas, é 2016, que foi quando a eleição de rua aconteceu. O TSE teve uma preocupação muito forte na questão da inteligência artificial. O TSE é responsivo, ou seja, quando vêm os desafios dos casos concretos das eleições presidenciais, ele resolve aquele caso completo, mas

ele vai e agrega aquele conhecimento, aquela decisão numa resolução. Como nas eleições presidenciais de 2018 e 2020 tivemos muito abuso midiático na internet, a gente vai se deparar com a questão da inteligência artificial. O TSE proibiu, por exemplo, deep fakes, que são aquelas montagens de áudio e vídeo feitas com o artifício de enganar eleitores.

JC - Mas as eleições municipais têm essa característica?

Zilio - O TSE faz isso pensando numa eleição presidencial, em que os partidos, as coligações, a própria guerrilha digital é estruturada e bem financiada. A indagação legítima que tenho é até que ponto isso vai ser uma realidade nas eleições municipais, sobretudo em municípios pequenos, como no Rio Grande do Sul, em alguns em que a internet sequer é uma realidade. Então, acho que embora a gente tenha que ter alerta em relação à questão de diminuir as possibilidades de impulsionamento de conteúdo, tenho uma tendência a dizer que uma eleição municipal não é igual, no sentido de estarmos sujeitos aos mesmos abusos. É uma eleição absolutamente diferente. Ainda é a eleição do corpo a corpo, dos velhos vícios da República, abuso de poder político. O prefeito usa a máquina da administração para te dar benefício, para te colocar um asfalto, para te dar um tijolo. É o abuso do poder político e econômico, sobretudo num país com desigualdades econômicas sensíveis, como é o Brasil. Então acho que isso ainda vai movimentar 90% do nosso trabalho eleitoral.

JC - Nas eleições presidenciais em 2022, ganharam força em diversas regiões o assédio



“Os grandes desafios da democracia contemporânea são o assédio eleitoral e o crime organizado”